

Marina Silva *versus* Plínio Valério: Uma análise discursiva sobre a violência de gênero sofrida pela ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima¹

Victória Zilmara ALVES²

Maria Luiza Santos NUNES³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

RESUMO

Durante evento da Fecomércio no Amazonas, realizado em 14 de março de 2025, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) disse: “A Marina [Silva] teve na CPI das ONGs, seis horas e dez minutos. Imagine o que é tolerar seis horas e dez minutos sem enforcá-la”. A fala, evidenciada por discurso violento, gerou repercussão nas redes. Para esta análise descritiva, utilizamos a Análise do Discurso Francesa para contextualizar a situação política brasileira e como a violência de gênero e raça ainda se figura tão presente na política, e ao mesmo tempo, como se é tão relativizada.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso Político; Violência de Gênero e Raça; Misoginia; Mulher na Política.

INTRODUÇÃO

Em 2025, o Brasil celebra 93 anos do voto feminino, entretanto, conquistas e desafios permanecem. Tal vitória histórica, alcançada em 1932, permitiu que as mulheres participassem ativamente da vida política. O Código Eleitoral de 1932 permitiu o voto feminino e criou a Justiça Eleitoral. No entanto, apesar da conquista, o caminho ainda permanece repleto de desafios e desigualdades persistentes, principalmente de raça e gênero. A política brasileira ainda é, em sua maioria, representada por pessoas brancas, sobretudo, homens.

Em 2024, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou os seguintes dados: das 456.310 candidaturas, apenas 155 mil eram de mulheres e 301.310 de homens, o que reflete ainda a desigualdade na representação política brasileira. Em dados absolutos, disponibilizados pela Câmara dos Deputados (2025), seis mulheres foram eleitas presidentes de comissões permanentes na Câmara Legislativa, entre os 28 colegiados

¹Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

² Mestranda em Estudos da Mídia do PPgEM – UFRN, e-mail: victoria.alves.116@ufrn.edu.br

³ Mestranda em Estudos da Mídia do PPgEM – UFRN, e-mail: maria.nunes.364@ufrn.edu.br

que já elegeram seus dirigentes para 2025. A Câmara tem 30 comissões permanentes. Segundo a Secretaria-Geral da Mesa (SGM) – nos últimos três anos – em 2022, apenas duas mulheres foram presidentes de comissões temáticas (8%), número que subiu para cinco em 2023 (16%), lembrando que naquele ano também aumentaram o número de comissões temáticas na Câmara de 25 para 30. Em 2024, o percentual foi mantido e, em 2025, há uma mulher a mais no comando dos colegiados, o que equivale a 20% das comissões comandada por mulheres. Atualmente, as deputadas ocupam cerca de 18% das cadeiras na Casa. Os números evidenciam que, apesar dos avanços, há disparidade nítida até os dias de hoje.

Discutir acerca de mulheres em cargos públicos, e a naturalização milenar dos machismos nesse ambiente decisório do nosso país, é encarar o silenciamento como uma das inúmeras violências que atravessam a vida das mulheres, e que podem interferir na maneira que são representadas e ouvidas enquanto figuras públicas de decisão na sociedade. E se tratarmos de observar a questão do discurso predominante da esmagadora maioria masculina em nossos espaços políticos, a violência se torna um debate ainda mais preocupante.

As violências “maquiadas” ou silêncios impostos, os eufemismos, contribuem para a manutenção de um sistema de controle já ultrapassado, o patriarcado. O modelo machista que conduz noticiários, produções televisivas e principalmente, tomadas de decisões para o Brasil, se mantém intacto até os dias atuais, por diversas razões, dentre elas, a mais óbvia, manter o homem em sua base controladora, desconsiderando o importante papel exercido diariamente por mulheres, além das múltiplas jornadas que elas enfrentam.

A ausência de espaço de (não apenas, mas principalmente) defesa e/ou de denúncia, contribui para que mulheres sejam limitadas enquanto indivíduos, impedindo que usufruam da liberdade que é garantia coletiva da sociedade, mas que, entretanto, é desfrutada apenas por homens. O silenciamento é uma expressão muitas vezes sutil, que demonstra abuso de poder sobre minorias historicamente silenciadas: mulheres, pretos, LGBTQIAPN+, pobres, dentre outros grupos, demonstrados e permitidos muitas vezes por autoridades e instituições da nossa sociedade. É uma violência estrutural tanto quanto as outras violências, que fere corpos e mentes femininas.

O uso de patriarcado enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe uma dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais. (MORGANTE; NADER, 2014. p.3)

Mesmo após a redemocratização, só tivemos uma presidenta, que não terminou seu segundo mandato. Não muito distante desse descaso, com a insuficiência de mulheres no poder, no atual cenário brasileiro, de vinte e sete governadores, apenas duas são mulheres – no Rio Grande do Norte, com Fátima Bezerra; e em Pernambuco, com Raquel Lyra –. O Instituto Update afirma que, reconhecer uma violência política de gênero pode parecer simples (...) mas está tão entranhada em algumas sociedades que, às vezes, acabamos naturalizando-a. (INSTITUTO UPDATE, 2022. p.53).

Vale ressaltar que este cenário de baixa representatividade feminina na política nacional, é um recorte do reflexo do que está estampado em diversas esferas da sociedade brasileira: a desigualdade de gênero.

DISCURSO POLÍTICO

A fala do senador Plínio Valério em sua totalidade no evento trouxe um péssimo tom. O senador do PSDB-AM disse – durante evento da Fecomércio no Amazonas, realizado em 14 de março de 2025 – que: “A Marina [Silva] teve na CPI das ONGs, seis horas e dez minutos. Imagine o que é tolerar seis horas e dez minutos sem enforcá-la.” e prossegue sua fala: “A minha mulher que ‘tá’ ali, a Ana, mandava mensagem o tempo todo, né. Instigando, ‘jogando gasolina’, e no final ela me disse: “Se você tivesse 10% da paciência que teve com a Marina, a gente nunca brigava”.

Tal fala, expressa em alto e bom som durante o evento, traz a violência de gênero como uma possibilidade, expondo os corpos e vidas de mulheres como mero capricho masculino, que, por estar no poder sistematicamente, pode proferir em público qualquer que seja a violência discursiva.

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, foi entrevistada na quarta-feira (19) no programa ‘Bom Dia, Ministra’. Comentando que as mudanças climáticas são transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima, além dos preparativos para a COP30, no entanto, a ministra também comentou da

fala do senador Plínio – realizada quatro dias antes da entrevista ao programa ‘Bom dia, Ministra’ da Agência Gov.

Para a ministra Marina (REDE), “Difícilmente talvez isso fosse dito se o debate fosse com um homem. É dito porque é com uma mulher”. E a ambientalista prossegue: “Quem brinca com a vida dos outros, ou faz ameaça aos outros de brincadeira e rindo, só os psicopatas são capazes de fazer isso”.

UMA MULHER PRETA FAZENDO POLÍTICA NO BRASIL

Personalidades como Marina Silva são referências para mulheres que ousam fazer diferente: tocar o âmago de uma ‘esfera’ que não foi construída para sua participação, sob lacunas densas de igualdade e profundos discursos políticos que se embebedam de diminuir pessoas que, socialmente, não foram ‘imaginadas’ para tal posição de poder, representação e decisão política.

De acordo com o levantamento feito pelo DataSenado (2024) em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), a 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher revela que dentre as mais de 21,7 mil mulheres entrevistadas com 16 anos ou mais, a percepção feminina majoritária é a de que o Brasil é um país muito machista, cerca de 62%.

Segundo Saffioti (2001), a violência de gênero é caracterizada como toda e qualquer violência dirigida a mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, cuja motivação envolve questões de gênero. Observar a construção da identidade feminina a partir do silenciamento, e os danos decorrentes dessa violência, e particularmente, como as mulheres participam e reagem diante disso é imprescindível, ainda mais quando esse cenário se reflete na representação política nacional e na tomada de decisões e políticas públicas de interesse feminino.

Moreira (2001) afirma que, para Michel Foucault, o poder é um dos elementos determinantes na construção do sujeito. A autora certifica que o teórico francês considera, em seus estudos, que o ser do homem é configurado pelas relações de poder que existem na sociedade em que ele vive; são tais relações de poder que moldam este ser e determinam seu comportamento e ações.

O poder não existe como coisa, mas como estratégia que permeia as relações sociais, que perpassa o caminho entre as pessoas e entre as

instituições ou grupos, determinando como estas relações se configurarão. O que há não é o poder como objeto de pertencimento, mas como exercício de uma “multiplicidade de correlações de força” (Foucault, 1988, p.88) que nada ou ninguém dominam, mas que todos sentem e vivenciam. (Moreira, 2001. p. 46).

Em defesa da ministra, o Observatório do Clima⁴ emitiu uma nota em que repreendia o discurso expresso no evento ocorrido na Amazônia, garantindo a importância da Marina na sua posição à frente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Para o Observatório (2025): “Marina realiza trabalho competente no ministério, que em dois anos já resultou numa redução de 46% do desmatamento em relação a 2022”, garante a nota. E prossegue, em repúdio à violência como forma de brincadeira: “É mulher. É negra. É da Amazônia. Isso tudo a torna alvo preferencial de ataques misóginos e racistas, vindos especialmente de homens que defendem o que há de mais arcaico e degradante ao meio ambiente, à economia e às relações sociais do país”, pontua o Observatório, em nota publicada em 20 de março de 2025.

CONCLUSÃO

Valorizar a participação das mulheres neste contexto, tem como propósito não apenas fortalecer o debate, como essencialmente garantir que tomem consciência dos seus direitos, incluindo o de serem ouvidas. Se faz necessário a insistência em discussões sobre como corrigir as estratégias de produção e reprodução do discurso, favorecendo a igualdade de gênero, contra todo e qualquer tipo de preconceito, além de principalmente, detectar as violências e criar novas estratégias de denúncia, que encorajem e não abandone ou julgue as vítimas, visto que além de um papel profissional, é antes de mais nada, um papel cidadão. Incluir os homens nessa argumentação, para que sejam participantes e atores envolvidos com a mudança, que é para o bem coletivo.

O enfrentamento para este tipo de violência deve ser visto como um processo contínuo, pois, fora as questões já mencionadas, tal problema diz respeito também à saúde pública, tendo em vista que é um mecanismo de submissão,

⁴ Fundado em 2002, é a principal rede da sociedade civil brasileira sobre a agenda climática, com 133 integrantes, entre ONGs ambientalistas, institutos de pesquisa e movimentos sociais.

discriminação e controle que afeta as mulheres de diferentes formas, seja a sua integridade física, sexual, moral, psíquica ou patrimonial. (SILVA; RODRIGUES, 2019. p. 131)

O papel da mulher na sociedade precisa ser combatido dia após dia, os estigmas do gênero não podem cercear a vivência, a independência e a autonomia política de uma mulher num país que luta pela permanência de sua democracia mesmo em 2025. É dever de todos nós da esfera civil garantir os direitos humanos e lutar pela preservação da dignidade da mulher na nossa sociedade, para que os estereótipos de gênero e raça sejam cada vez mais coisa do passado, e que o presente e o futuro contemple uma participação digna de equidade e segurança para as mulheres, para que possam lutar de igual para igual sem sofrer ameaças em tons violentos que alcancem e dilacerem a vivência de uma mulher, neste contexto preta e política.

REFERÊNCIAS

CLIMA, Observatório. **Nota de solidariedade à ministra Marina Silva** - OC | Observatório do Clima. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/nota-de-solidariedade-a-ministra-marina-silva/>>. Acesso em: 21 abr. 2025.

DEIFELD, Alessandra Guterres; MACELAI, Bruna Luísa. **As implicações da colonização para a institucionalização da violência de gênero na América Latina: contributos do pensamento decolonial**. Florianópolis: Editora Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), 2019. Volume 3. 300 p. fig., gráfs., tabs.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14.ed. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HAJE, Lara. **Deputadas foram eleitas presidentes de 20% das comissões permanentes da Câmara** - Agência Câmara Notícias. Disponível em: <https://encurtador.com.br/xYI4q>. Acesso em: 25 mar. 2025.

INSTITUTO UPDATE. **Mulheres eleitas na política**. Disponível em:<[Eleitas-MulheresNaPolíticaLatamEstudo.pdf](#)>. Acesso em: 25 ago. de 2022.

MOREIRA, Elizabeth. A mídia e o exercício de poder na atualidade. **Cadernos de Comunicação**/Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Faculdade de Comunicação Social. Santa Maria, nº 4, p. 45-58, Junho, 2001.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. 2014. Disponível em: <https://encurtador.com.br/RsS1h>. Acesso em: 15 ago. de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cad.Pagu. Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fvN43>. Acesso em: 25 ago. de 2022.

SENADO, Agência. **DataSenado divulga pesquisa de violência contra a mulher nos estados e no DF.** Agência Senado. 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Sr5hz>. Acesso em: 24 mar. de 2025.

SILVA, Carla Júlia da; RODRIGUES, Larisse de Oliveira. **Os reflexos da sociabilidade patriarcal na vida das mulheres.** Florianópolis: Editora Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), 2019. Volume 3. 300 p. fig., gráfs., tabs.

TEODORO, Rafael. **A Conquista do Voto Feminino.** Agência Câmara de Notícias, 15 fev. 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Q5h6g>. Acesso em: 23 mar. 2025.

TSE. **TSE divulga percentual de candidaturas femininas e de pessoas negras por partido político.** Disponível em: <https://encurtador.com.br/Mz9Hc>. Acesso em: 23 mar. 2025.

TV BRASIL. **A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, se posicionou na manhã desta quarta-feira (19), durante o programa [...].** Twitter: @TVBrasil. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/uHsDr>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

UOL. **Senador Plínio Valério diz que não se arrepende de falar em “enforcar” Marina Silva e leva bronca.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JfqFoGuMgJk>>. Acesso em: 21 abr. 2025.